

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de São Paulo

Class.: 385

Data: 07/11/80

Pg.: _____

Xavantes contestam Juruna

Da sucursal de
BRASÍLIA

O cacique Mario Juruna ouviu ontem constrangido e em silêncio as contestações de três índios xavantes reunidos pela Funai, em Brasília, à sua viagem para representar o País na Holanda como jurado no Tribunal Russel, que julgará dois casos de grupos indígenas brasileiros: os nhambiquarás, cujas terras foram ocupadas por empresas agropecuárias, e os Ianomânis, atingidos pela construção de um trecho da rodovia Perimetral Norte. No início da audiência, marcada pelo cacique, o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, ficou irritado, pois Juruna chegou acompanhado pelos deputados Modesto da Silveira (RJ) e Gilson de Barros (MT), ambos do PMDB.

Os três chefes xavantes — Uarodi, da reserva Pimental Barbosa; Gabriel, do Culuene; e Adão, de Areões — elogiaram a Funai. Segundo o cacique Adão, a Funai "nunca deixou de nos dar trator ou Toyotas, quando pedimos, e sempre vai à aldeia, mas os deputados nunca foram". Falando em bom português, acusou Juruna de estar sempre "andando de avião com o dinheiro que ganha dos deputados". O cacique Uarodi, por sua vez, fez um longo discurso em xavante, traduzido por um intérprete, e chegou a ameaçar de "tirar a chefia de Mário", caso ele continuasse "levando o mesmo tipo de vida". Juruna não quis comentar o ataque feito pelos índios, afirmando que não era assunto para tratar no meio de brancos.

Nobre da Veiga, em seguida, explicou que Juruna é líder apenas de um grupo xavante, não podendo, por esse motivo, falar em nome de toda a nação dos xavantes. "Vocês têm que entender a posição da Funai" — pediu o coronel. "Se ele viajar, acabará como marginal dentro de sua própria aldeia." Alegou também que não liberaria o cacique da tutela exercida pelo órgão "porque ele não está preparado para enfrentar a sociedade envolvente em condições de igualdade com o branco".

O coronel criticou ainda o Tribunal Russel, afirmando que o governo brasileiro não pode admitir que "um tribunal particular intervenha nos assuntos internos do País", acrescentando que o Brasil dispõe de um Poder Judiciário para "tratar de qualquer problema ligado ao índio". Mário Juruna, no entanto, reafirmou que a Funai está querendo enfraquecer sua condição de chefe, pois teme a repercussão de suas denúncias que seriam agora levadas ao Tribunal Russel.

Nobre da Veiga, depois de concordar com a presença dos deputados Modesto da Silveira e Gilson de Barros em seu gabinete, pediu para que, numa próxima vez, os parlamentares "respeitassem o Poder Executivo, marcando previamente a audiência". Modesto da Silveira criticou a decisão da Funai de impedir Juruna de viajar: "Esta foi uma decisão política do governo e não jurídica ou humanística", observou. Ressaltou que o Brasil pagará um alto ônus por não ter permitido a viagem de Juruna, pois o mundo inteiro acompanha com interesse o problema do índio.

O deputado Gilson de Barros acrescentou que, ao negar a participação do índio, a Funai está confessando seus próprios erros e condenando a política indigenista brasileira, que, segundo ele, não está sendo julgada "aprioristicamente pelo Tribunal Russel".